

Terra e colonialismo em Angola

Land and Colonialism in Angola

Ivan Sicca Gonçalves*

Resenha do livro: CANDIDO, Mariana P. **Wealth, Land, and Property in Angola: A History of Dispossession, Slavery, and Inequality.** Cambridge University Press, 2022.

Palavras-chave: regimes de propriedade; Angola colonial; escravidão.

Keywords: Property Regimes; Colonial Angola; Slavery.

NA ÁREA DE História, é raro que um livro ao mesmo tempo faça uma intervenção historiográfica ampla, traga apontamentos sobre temáticas até então pouco estudadas e os desenvolva a partir de um minucioso trabalho de arquivo, defendendo seus argumentos a partir da concretude das relações cotidianas. Esse é o caso do livro *Wealth, Land, and Property in Angola: A History of Dispossession, Slavery, and Inequality* da historiadora Mariana P. Candido, lançado pela Cambridge University Press em 2022 e vencedor do Best Book Award de 2023 da African Studies Association (ASA) dos Estados Unidos. Enfrentando perspectivas historiográficas hegemônicas entre os estudos africanos, principalmente a afirmação de que o continente se caracterizava pela abundância de terras e escassez de mão de obra, Candido mostra como processos de profunda violência e silenciamentos epistêmicos das fontes coloniais reproduziram narrativas que naturalizaram a conquista e a destituição das populações africanas de padrões de vida que possuíam até então.

Apesar de explorar temáticas que datam das primeiras ações portuguesas na África Centro-Occidental, desde o século XVI, até as vésperas da Conferência de Berlim (1884-1885), a obra trata essencialmente das reformas oitocentistas impostas pelo governo colonial, em especial sobre propriedade privada da terra. No capítulo 1, a autora analisa a sobreposição de regimes de propriedade africanos centro-ocidentais com o direito português até o século XVIII,

* Doutorando em História pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). E-mail: ivansiccag@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8223-2715>.

apontando a importância de entendimentos comuns como o da prerrogativa dos primeiros ocupantes (*first settlers*) em conceder a passagem e uso de territórios a seus hóspedes, o que guiou estratégias que misturavam saberes oralizados e arquivamento de papel escrito, fazendo com que, até então, a administração colonial reconhecesse alguns governantes africanos como senhores de suas terras (p. 42). No entanto, longe de serem compostos em um cenário pacífico, Candido mostra como, desde os primeiros contatos, esses entendimentos foram feitos para assegurar o controle de territórios ameaçados, expondo, a partir de ricos documentos de governantes africanos, como os direitos sobre a terra eram intimamente conectados às habilidades desses soberanos de receber pessoas e assim contar com sua força de trabalho (p. 47). Nessas petições, mandatários associavam controle sobre pessoas e sobre territórios, contrariando a tese de que a produção de riquezas na África Equatorial dependia unicamente da acumulação de dependentes.

Candido avança no argumento, mostrando como a propriedade privada da terra nos domínios portugueses também tem uma história. Se certamente a mercantilização da terra tem iniciativa colonial, a autora destaca que, em Portugal, a propriedade privada de terrenos, e sua consequente transformação em mercadoria, que poderia ser alugada, legada ou hipotecada, foi consolidada somente com as revoluções liberais ao longo do século XIX (p. 51-52). Inclusive, argumenta que tal processo teria se desenvolvido antes em Angola do que na metrópole, abordando como populações colonizadas serviram de laboratórios sociais para transformações depois aplicadas na Europa.

No capítulo 2 é exposto como governantes africanos foram se adaptando aos novos sistemas codificados, que crescentemente ignoravam os seus usos e conhecimentos sobre os territórios, favorecendo a ocupação de suas terras por agentes coloniais. Mais do que uma abundância de território livre, Candido mostra um cenário em que governantes disputavam entre si terrenos cada vez mais estratégicos e tentavam, geralmente sem sucesso, evitar a perda de terras cujos usos iam muito além da “produtividade” propagada pelos ditames liberais. Essa “febre de codificação” legalizou a destituição sistemática da posse de terra pelas populações locais, separando as terras privadas, muitas vezes doadas a colonos, e passando a reconhecer o restante do território como “terra do estado”. Os resultados desse processo obrigam-nos a colocar em novos termos os balanços tradicionais sobre o impacto do liberalismo no colonialismo português, que foi recorrentemente retratado como idealista e mais transigente com as populações colonizadas.¹

O outro lado dessa história de destituição a partir do uso dos registros escritos em papel é brilhantemente explorado no capítulo 3, que mostra como súditos de Portugal utilizaram a propriedade privada de terras e imóveis para assegurar posições e hierarquias sociais, participando ativamente da economia colonial. Além disso, a autora analisa esse processo

1 MOURÃO, F. A. A. As duas vertentes do processo no século XIX: idealismo e realismo. In: **Actas da 1ª RIHA - Relação Europa-África no 3.º Quartel do Século XIX**. Lisboa: IICT, 1989. p. 73-81. TORRES, Adelino. **O império português entre o real e imaginário**. Lisboa: Escher, 1991.

de forma generificada, focando-o a partir das estratégias das mulheres, parcela majoritária da população, e que era quase inteiramente nascida no continente. Enfrentando afirmativas recorrentes da literatura jurídica e antropológica sobre o não exercício de propriedade da terra por mulheres africanas, Candido apresenta uma sociedade colonial em que africanas detinham formalmente o registro de suas posses, administrando, herdando e legando tais ativos de acordo com seus projetos individuais e familiares. Mais do que atestar a ignorância de autores do início do século XX sobre o que acontecia em Angola décadas antes, Candido mostra tais silenciamentos ocorrendo “ao vivo”, debatendo como administradores, viajantes e missionários do próprio século XIX negavam às africanas centro-ocidentais o protagonismo que tinham sobre suas próprias posses, recorrentemente associando-as ao concubinato e à prostituição, afirmando que elas agiriam somente sob influência de seus dependentes masculinos.

Longe de negar a relevância econômica e social de exercer o direito sobre o trabalho e a vida de dependentes, os capítulos 4 e 5 refletem sobre as diversas estratégias de controle da mão de obra nessa sociedade que, além de ter se desenvolvido por séculos a partir da captura e exportação da maior quantidade de seres humanos para as Américas, também se manteve estruturalmente baseada na escravidão. O quarto capítulo não debate somente sobre a sobrevivência e expansão da escravidão após a proibição do tráfico, mas inova ao abordar como os processos de destituição estrutural das populações locais resultaram na expansão de formas de penhor humano (*pawnship* e *panyarring*), estratégias de sujeição pouco estudadas para a região, que atingiam principalmente mulheres jovens. No capítulo seguinte, é abordada outra estratégia de manutenção da mercantilização de seres humanos, que foi o uso do trabalho obrigatório dos libertos.² Tema clássico dos estudos sobre colonialismo português, Candido traz importante contribuição sobre a experiência da maior parte dos libertos de Angola, que permaneceram residindo no continente. Fica evidente ao leitor não só como libertos continuavam sendo tratados como escravos, mas também, em casos recorrentemente revoltantes, como eram mantidas as esferas de influência dos ex-senhores e a condição dos libertos enquanto mercadorias, em uma institucionalidade que pouco escondia as claras sobrevivências do sistema escravista. É particularmente interessante a discussão no final do capítulo sobre a exclusão do acesso dos libertos à cidadania portuguesa, assim como o cerceamento ao exercício da propriedade privada, o que certamente demanda novos estudos.

No capítulo 6 a autora recupera a temática da posse de terras, explorando como essa prerrogativa tornou-se privilégio de colonos, muitos deles estrangeiros. Candido aborda a aplicação desse novo regime de propriedade com a política de expansão agrícola que buscou substituir as receitas perdidas com a proibição do tráfico, analisando

2 Os “libertos” no império português tinham um estatuto intermediário, sendo obrigados a trabalhar por período que variava de sete a dez anos, podendo até serem comprados e vendidos durante esse período. Para mais, ver: SOUZA, Maysa Espíndola. **A liberdade do contrato: o trabalho africano na legislação do Império Português, 1850-1910.** 2017. Dissertação (Mestrado em História Cultural) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017, p. 67-81.

as medidas oficiais de doação de terras e o comprometimento desses agentes privados que, como concluiu a autora, também fizeram essa história de desapropriação (p. 167, 276-277). Essa associação entre agentes privados e o projeto político imperial mais amplo levanta questões importantes. Nos capítulos 5 e 6, a palavra *settler* passa a ser usada no sentido de “colono”, enquanto no resto do livro foi utilizada em acepção mais ampla como “povoador”, valendo inclusive para populações autóctones. A opção da autora de referir-se aos seus sujeitos em termos como “africanos centro-ocidentais” procura expor como experiências de desapropriação atingiram membros de diferentes comunidades, no entanto, personagens como as donas de Benguela não necessariamente se entendiam como semelhantes a outras mulheres africanas que viviam no Dombe Grande ou nos sertões do Planalto Central, escravizadas ou penhoradas, desalojadas dos territórios onde nasceram e onde estavam seus ancestrais. Para discutir a coadunação dessas populações com o projeto colonial, talvez coubesse uma discussão mais longa sobre pertencimento, explorando sentidos oficiais e locais de marcadores de cor e raça como universo em negociação. Em parte, Candido aborda a problemática mais diretamente nos capítulos 2, 3 e 6 ao falar de migração de homens brancos para Angola, mas esse processo foi um fenômeno consideravelmente menor do que em outras colônias, e regionalmente concentrado, necessitando de mais estudos de caso para o balanço do impacto social dessas presenças.³ Disputas e sentidos sociais de pertencimento por categorias de cor e raça dentro de contextos oitocentistas, cujas posições sociais estão menos definidas em comparação com o Antigo Regime, também é parte das consequências das reformas liberais nas colônias.⁴

No último capítulo, é realizada uma discussão sobre o lugar do consumo de bens importados na África Centro-Occidental. Para além da importância desses bens para a compra de pessoas escravizadas, tema bastante clássico, no livro há um esforço notório de análise de inventários e testamentos de sujeitos de vários estratos sociais, mostrando a vida material de elites que mantinham seus confortos a partir da exploração generalizada de mão de obra não livre e do roubo de terras nativas. Tal documentação mostra comunidades que, no lugar serem marginais na economia global, tinham acesso a uma gama enorme de produtos importados, mostrando a importância de novas histórias globais do capitalismo que não ignorem o lugar

3 Jill Dias estima que, em 1862, havia menos de 3.000 brancos em Angola, contrastando com a população total da província, em 1866, de cerca de 475.000 habitantes. A população branca certamente aumentou nas décadas que se seguiram, mas para 1913, no início da república, estima-se que eles eram menos de 14.000. DIAS, Jill R. Angola. In: ALEXANDRE, Valentim; DIAS, Jill R. (org.). **O Império africano: 1825-1890**. Lisboa: Estampa, 1998, p. 438-439. Arquivo Histórico Ultramarino, SEMU, Conselho Ultramarino, Estatísticas, cx. 2, 1854-1866, doc. 31. RODRIGUES, Eugénia. **A geração silenciada: a Liga Nacional Africana e a representação do branco em Angola na década de 30**. Porto: Edições Afrontamento, 2003. p. 25.

4 DIAS, Jill R. Uma questão de identidade: respostas intelectuais às transformações econômicas no seio da elite crioula da Angola portuguesa entre 1870 e 1930. **Revista Internacional de Estudos Africanos**, n. 1, p. 61-94, 1984. BITTENCOURT, M. A resposta dos “Crioulos Luandenses” ao intensificar do processo colonial em finais do século XIX. In: **A África e a instalação do sistema colonial (c. 1885-c.1930)**. Actas da III Reunião Internacional de História da África. Lisboa: IICT / Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, 2000. p. 655-671. MORENO, Helena Wakim. **Voz d’Angola clamando no deserto: protesto e reivindicação em Luanda (1881-1901)**. 2014. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

da África nesses processos.⁵ Além disso, a autora analisa também o que era comprado para ser acumulado e exposto dentro das hierarquias sociais nutridas dentro e fora da sociedade colonial, apontando a importância de certos ativos com maior facilidade de troca, como móveis e joias, de forma instigante e, ao que me consta, inédita para a região.

Uma tensão que passa por várias passagens da obra diz respeito aos limites físicos da colônia portuguesa e, portanto, sobre a representatividade dos casos analisados para regiões menos documentadas e que muitas vezes não eram sujeitas às mesmas pressões políticas do colonialismo. Mesmo que a autora especifique que a maioria do corpo documental trabalhado é referente ao “reino de Benguela” (p. 10-11), esse território, como é recorrentemente discutido ao longo do livro, é dividido por uma variedade de formações políticas, algumas claramente autônomas ao poder colonial. A confusão jurisdicional é abertamente abordada pela autora, que mostra como decisões judiciais e administrativas recorrentemente se fiavam em esferas de poder imaginárias, como no caso de Catarina da Costa, que, mesmo morando no Bailundo – território fora da colônia – acionou o governador de Benguela para recuperar sua propriedade sobre alguns meninos escravizados (p. 115). No entanto, como Candido reconhece (p. 102, 190, 195, 217), nem todos os africanos centro-ocidentais viveram esse processo de destituição e violência com a privatização das suas terras, e com a subsequente tomada delas por colonos estrangeiros.

A escrita e análise do livro claramente indicam o objetivo de intervenção em um debate mais amplo entre a historiografia africanista. O enfrentamento às teses que ignoraram o exercício de propriedade privada da terra certamente é uma das marcas deste estudo. No entanto, encerro esse texto destacando a importância desse livro também para as futuras pesquisas sobre a história de Angola, que precisarão incorporar os dados e teses desse trabalho, especialmente para avançar em estudos regionais, que reforcem ou matizem tais linhas argumentativas. Nós, historiadores angolanistas e angolanos, além de um público lusófono mais amplo, que precisa debater esse trabalho em seus grupos de pesquisa e aulas de graduação, precisamos de uma tradução.

Recebido em: 11/08/2025

Aprovado em: 30/10/2025

5 Ver, por exemplo: PRESTHOLDT, Jeremy. **Domesticating the World: African Consumerism and the Genealogies of Globalization**. Berkeley; Los Angeles; London: University of California Press, 2008. RIELLO, Giorgio. Cotton Textiles and the Industrial Revolution in a Global Context. **Past & Present**, v. 255, n. 1, p. 87-139, 2022.